

A comunicação popular na preservação da memória das lutas populares no Brasil

Popular communication in the preservation of the memory of popular struggles in Brazil

Ana Aparecida Frabetti Valim Alberti¹
avalimalberti@yahoo.com.br

Cicília M. Krohling Peruzzo²
kperuzzo@uol.com.br

RESUMO

Nos anos de 1970 e 80, eclodiram experiências de comunicação popular em todo o Brasil, com vasta produção de materiais, que contribuíram para a conscientização social e organização das lutas populares, no período. Materiais que integram acervos dos centros de documentação, como o CPV e o CEMI, financiados por setores progressistas da Igreja Católica e Protestante, hoje sob o risco de se perderem por falta de vontade política. O objetivo deste artigo é identificar a que se deve a falta de investimento na preservação dos referidos acervos, além de discutir a contribuição da Igreja Católica e o papel de lideranças no contexto das práticas de comunicação popular desenvolvidas no período. O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas em profundidade, na modalidade história oral, com protagonistas dos referidos centros na época. Conclui-se que apesar da importância e significado histórico das experiências, os acervos até agora preservados resultam de esforços de pessoas, então militantes da causa popular, pois não tem havido disposição e apoio das instituições para sua conservação e disponibilização para acesso público.

Palavras-chave: Comunicação popular. Movimentos populares. Igreja. Memória.

ABSTRACT

In the 1970s and 1980s, popular communication experiences arose throughout Brazil, with a vast production of materials, which contributed to social awareness and organization of popular struggles in the period. These materials make up collections of documentation centers, such as CPV (Centro Pastoral Vergueiro) and CEMI (Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista), funded by progressive sectors of the Catholic and Protestant Church, today under the risk of being lost due to a lack of political will. The objective of this article is to identify the reasons for the lack of investment in the preservation of these collections, as well as to discuss the contribution of the Catholic Church and the role of leadership in the context of popular communication practices developed in the period. The study was based on bibliographical and documental research, and in-depth interviews - in the oral history modality - with the protagonists of the referred centers at the time. We conclude that despite the importance and historical significance of the experiences, the collections preserved so far are the result of the efforts of people, then militants of the popular cause, given there has been no provision and support of the institutions for its conservation and availability for public access.

Keywords: Popular communication. Social movement. Catholic church. Memory.

¹ Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). R. Alfeu Távares, 112, Rudge Ramos - São Bernardo do Campo (SP).

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bloco C, 9º andar. Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã - Rio de Janeiro (RJ); Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Rua Jaceru, 247, Morumbi - São Paulo (SP).

Introdução

A memória e as práticas de comunicação denominada popular, desenvolvida nas décadas de 1970 e 80 no interior dos movimentos populares e operários e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)², foram impulsionadas pela criação e atuação dos centros de documentação, em sua maioria, financiados pela igreja católica e protestante. Entre eles, o Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) e o Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (CEMI), que além de reunir documentos e materiais produzidos por comunidades e movimento sociais populares, apoiaram e assessoraram os movimentos populares e de operários no fazer comunicação, naquele momento histórico. Os seus acervos preservaram em parte a história e a memória das lutas populares e dos trabalhadores travadas em um contexto de reorganização social e de distensão política da ditadura militar no Brasil.

Os centros de documentação surgem e se desenvolvem em um cenário de ebulição político-social-religioso e cultural do país então marcado por greves, passeatas, manifestações dos movimentos populares urbanos, ocupações de terras rurais e urbanas e pela assimilação dos princípios da Teologia da Libertação³, por Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros setores da igreja católica.

O Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) posteriormente denominado Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CDPV), foi fundado em 1973, ainda no auge da repressão da ditadura militar, situado inicialmente à Rua Vergueiro, região sudeste da capital de São Paulo. Ele desenvolveu trabalho voltado especialmente para setores de oposições sindicais urbanos e rurais, de São Paulo, sobretudo a Oposição Sindical Metalúrgica, e de outros estados, mas atuante também junto à outras pastorais da igreja católica, grupos de bairros e grupos de alfabetização e supletivo, entre outros. O Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (CEMI) funcionou entre os anos de 1983 e 1992 na região episcopal

de São Miguel Paulista, da Arquidiocese de São Paulo, sendo responsável pela criação do *Jornal Grita Povo* e da *Rádio do Povo*⁴, e pela realização de cursos de capacitação em comunicação e educação popular.

Apesar da importância que tais centros tiveram na construção de práticas sociais organizativas e comunicacionais, historicamente diferenciadas, dado o contexto de vigência do Estado de exceção no Brasil, e na preservação da memória das lutas sociais, travadas naquele período, e de seus acervos, atualmente, serem referência de pesquisa histórica para universidades, nas áreas da Sociologia, História e Comunicação, os originais estão em risco de se perder e ou se deteriorar. Do acervo do CEMI, principalmente, desativado em 1992, resta muito pouco, já que não há informações atuais do paradeiro do conjunto dos documentos.

O CPV mantém seu arquivo original acomodado, embora grande parte já esteja digitalizado, em condições precárias em uma garagem de um antigo prédio em São Paulo. Mas, depois de longo processo de debate e de negociação, o mesmo será doado gradativamente a uma universidade, com o compromisso de preservá-lo e disponibilizá-lo para acesso de pesquisadores e demais interessados. No estado atual em que se encontra, está em risco, entretanto, não é somente os originais, mas a própria memória das lutas recentes (do final da década de 1960 à década de 1990 e início de 2000), contadas por seus protagonistas em informativos, cartilhas, cartazes, jornais, boletins impressos, eslaides, fotos, audiovisuais e vídeos. Trata-se de um risco em que o prejuízo à história e à ciência, pois esses materiais expressam um modelo inovador de comunicação, e que ajudam a explicar e são provas documentais do processo histórico daquele momento, permeado pela participação social ativa, conscientização, educação e organização popular, à luz da teoria dialógica de Paulo Freire.

Qual a importância de se resgatar e preservar tais acervos e a quem interessa preservá-los? Ou descartá-los? Estas perguntas motivaram este estudo que tem como objetivo geral identificar a que se deve a falta de investimento na preservação dos referidos acervos. Os

² As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos integrados por leigos cristãos, organizados em torno da paróquia, no setor urbano, ou capela, no rural e vinculam-se diretamente ao trabalho social libertador do próximo, nos mutirões, campanhas, lutas por melhorias no bairro, atividades sindicais, denúncias, defesa dos direitos humanos (BETTO, 1986).

³ A Teologia da Libertação tem sua origem no Concílio Vaticano II, mas sua primeira aparição pública foi na Conferência de Chimbote, no Peru, em 1968, ocasião em que o dominicano peruano, Gustavo Gutierrez apresentou as linhas do pensamento teológico latino-americano, que propunha a necessidade de articular a teologia com o contexto socioeconômico e político da América Latina (PUNTEL, 1994).

⁴ Sistema de auto-falantes que funcionava nas comunidades da região.

objetivos específicos são: discutir a contribuição da Igreja Católica, enquanto responsável pela criação dos centros de documentação, no contexto das práticas de comunicação popular desenvolvidas no período, entender o papel dos profissionais de comunicação, que dinamizavam o funcionamento dos centros, destacar as experiências e esforços de grupos de voluntários para a recuperação e preservação dos arquivos do CPV e do CEMI, bem como conhecer os encaminhamentos recentes nessa direção.

A investigação que deu origem a este texto foi baseada em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas em profundidade, na modalidade história oral, com protagonistas dos referidos centros na época. A entrevista em profundidade (DUARTE, 2006) é uma técnica que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de entrevistados para serem analisadas e apresentadas.

As entrevistas⁵ foram realizadas com 19 pessoas (dez do CEMI e nove do CPV); religiosos, líderes comunitários e operários, militantes de movimentos populares, profissionais que protagonizaram experiências dos referidos centros de documentação. Tratou-se de convidar pessoas envolvidas na definição de estratégias e em dinâmicas comunicacionais desses coletivos para ajudarem a contar essa história com base em suas vivências e conhecimentos, mas somos conscientes de que seu olhar atual sobre aqueles acontecimentos do passado passa por percepções reelaboradas e matizadas por visões atualizadas pelas circunstâncias. Porém, para se evitar maiores distorções houve confronto de visões e com fontes documentais.

O método empregado corresponde à abordagem da História Oral que, segundo Verena Alberti (2013), privilegia a conversa com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo. Recurso considerado “história vista de baixo [...] elemento que vem adquirindo sentido no rol dos registros e estudos dos silenciados e dos excluídos dos mecanismos de registros da história” (MEIHY, 2000, p.44).

Com o resgate de tais experiências comunicacionais populares, sobretudo em sua perspectiva de transformação social, participação e construção da cidadania, pretendemos fortalecer a noção de importância da preservação, divulgação e disponibilização dos acervos,

como memória viva e referência histórica e empírica para os movimentos sociais. Entendendo memória não como algo do passado, mas empenhada e integrada com o presente, no sentido de que servem para novas reformulações, ações e criações. Afinal deixam referências para as novas gerações de profissionais da Comunicação e de áreas afins, visando a valorização de princípios de cidadania, participação ativa e interação social no fazer comunicativo, e para a criação de novas práticas comunicacionais populares e comunitárias. Consideramos ser também uma contribuição para o processo de democratização dos meios de comunicação, um grande desafio que se impõe à sociedade brasileira em toda a história da Comunicação.

Cenário político e eclesial

Em 1974, portanto um ano após a fundação do CPV, o general Ernesto Geisel é eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral e delineia um projeto de transição política implementado no chamado período denominado de distensão da ditadura militar. O termo distensão vai na contramão do saldo de intensa repressão do governo Geisel, que se prolongou até 1979, durante o qual 39 opositores desapareceram, 42 foram mortos pela repressão, além do fechamento do Congresso Nacional por 15 dias (NAPOLITANO, 2014). Portanto, trata-se de um momento histórico tenso em que a sociedade civil já manifestava seu inconformismo com o autoritarismo político e acirramento das desigualdades e contradições econômicas, jurídicas e sociais.

A igreja católica, como um dos atores da sociedade civil, não é bloco monolítico. Nela existem três tipos de tendências: a conservadora, a liberal e a democrática. A primeira, identificada e contribuindo com a ordem conservadora, o status quo. A liberal que tem compromisso com certos princípios, se mostra favorável a preservação de valores cristãos e à justiça social. A terceira vertente, de linha progressista e democrática, se baseia em dois princípios básicos: a igualdade e a participação. Mostra-se organicamente ligada às forças sociais que lutam por mudanças capazes de restabelecer os direitos de cidadania e de dignidade humana por meio de melhores condições de existência. Souza (1982, p.26), refere-se à igualdade e

⁵ As entrevistas foram realizadas em São Paulo capital, Santo André e Campinas, no período de novembro de 2014 a julho de 2015, por Ana Valim para sua dissertação de mestrado intitulada “A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, em 2016, orientada por Círcia M. Krohling Peruzzo.

participação como “igualdade nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, e participação de todos na luta por essas igualdades”.

A igreja católica já vinha dividida, desde os anos 1950 e 60, diante das controvérsias e conflitos advindos da participação crescente dos leigos e sua inserção no mundo, bem como de clérigos, comprometidos com movimentos de transformação social⁶. Entre os vários fatores conjunturais, a participação acentuada pelo Concílio Vaticano II⁷, com destaque para as influências das ideias e a experiência alfabetizadora de Paulo Freire, com forte presença de cristãos (ROSSI, 2007) simboliza uma posição política “a favor dos pobres”. Com o golpe militar, em 1964, houve prisão e perseguição de milhares de militantes católicos. Há certa unanimidade nos setores da Igreja em reconhecer a importante contribuição desses grupos na formação da chamada Igreja Popular, que surge, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, inspirada na Teologia da Libertação (SALEM, 1981), no interior da qual se desenvolve também a comunicação popular.

Para Regina Festa (1986), os movimentos, ligados ou não à Igreja, mas com a participação ativa de cristãos, duramente reprimidos após o golpe de 1964, ressurgem lentamente, com outras características após 1970. Era preciso conscientizar as classes trabalhadoras brasileiras, “um trabalho lento, de formiga, que ampliava os ensinamentos da etapa anterior e assimilava, com outras características, a proposta de Paulo Freire aliada aos ensinamentos de Gramsci” (FESTA, 1986, p.18).

Com a repressão crescente do regime militar e o desmantelamento de partidos, sindicatos e organizações de esquerda, muitos dos antigos militantes que conseguiram permanecer no país passaram a trabalhar com a Igreja, que se configurou como espaço fértil de reflexão e reconstrução tanto dos movimentos populares como dos trabalhadores e das lutas sociais em geral, lembra Festa (1986). Anizio Batista de Oliveira⁸, um dos entrevistados, que participou da formação do CPV, conta que em sua

etapa inicial o centro teve apoio de muitos intelectuais e militantes dos partidos clandestinos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Partido Operário Comunista (POC), entre outros.

O mesmo ocorreu com o CEMI, segundo Carlos Strabelli⁹, um dos fundadores do centro de São Miguel, em seu depoimento à pesquisa. No final da década de 1970 e início dos anos 1980 a ditadura ainda estava instalada no país e os militantes dos partidos de esquerda na clandestinidade se acomodavam dentro da Igreja, “porque era onde acontecia o movimento popular; eles ajudaram a gente a pensar, organizar, mobilizar, devo minha consciência política a esse pessoal”.

Centros: celeiros da comunicação popular

A trajetória dos centros de documentação, educação e comunicação popular se dá concomitantemente ao desenvolvimento da comunicação popular no Brasil. “A expansão das lutas populares traduz uma necessidade de instrumentalização prática e teórica daqueles que estão comprometidos com a transformação social” (CPV, 1985). Além disso, segundo Luiz Roberto Alves (1986, p.144-145), os centros surgem “pela motivação das bases em construir uma memória e usá-la para a reflexão, para o processo de conscientização. [...] A memória dos pobres jamais será a memória dos grupos dominantes”, assegura.

Tanto o CPV como o CEMI tiveram importante papel na orientação, difusão e alimentação dos diversos movimentos no fazer comunicação popular, registrando suas ações, coletando materiais produzidos, assim como devolvendo novos materiais com análise e reflexão dessas ações, visando à transformação político-social, a partir da

⁶ Inserção dos leigos que se dava pela Ação Católica Brasileira, Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária (JAC), a JEC dos estudantes secundaristas, a JUC dos universitários e a Juventude Independente Católica (JIC) que agrupava os que não se encaixavam nas outras categorias (SALEM, 1981).

⁷ Reunião de bispos de todo o mundo, convocado pelo papa João XXIII, e realizado em Roma, de outubro de 1962 a dezembro de 1965, “para deliberar sobre assuntos de doutrina e da missão da Igreja no mundo [...]” (PUNTEL, 1994).

⁸ Anizio Batista de Oliveira participou da fundação do CPV, do qual é o atual presidente; da Oposição Metalúrgica de São Paulo, da fundação do Partido dos Trabalhadores (pelo qual foi eleito deputado estadual, em 1982) e da CUT. Atualmente é aposentado; é dirigente da Associação dos Professores de Filosofia e Filósofos do Estado de São Paulo (Aproffesp), integra a direção estadual do Partido Solidariedade e Liberdade (PSOL) em São Paulo. Entrevista realizada em 10/04/2015.

⁹ Carlos Strabelli é um dos criadores do CEMI, que coordenou por oito anos, enquanto padre; atualmente é coordenador de Cultura do CEU Inacio Monteiro na Cidade Tiradentes, em São Paulo. Entrevista concedida em 30/05/2015.

luta por demandas sociais, que se davam nas fábricas e nos sindicatos; nos grupos e comunidades pastorais, bem como nos movimentos sociais e políticos (CPV, 1985).

A comunicação popular comporta s expressões comunicacionais dos segmentos subalternizados organizados da população tanto no nível da leitura crítica da realidade quanto na externalização de suas reivindicações por uma vida melhor e pelo respeito aos direitos de participação política.

Ao abordar temas locais ou específicos, a comunicação popular, segundo Cicilia Peruzzo (1998), desperta o interesse do seu público, por seu conteúdo e personagens terem relação direta com a vida concreta das pessoas, “o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais” (PERUZZO, 1998, p.157). Ao mesmo tempo em que, ao documentar o processo de organização e de lutas dos movimentos sociais, de trabalhadores, de grupos sociais e comunitários, a comunicação popular contribui para a construção da memória das lutas dos segmentos economicamente subalternos. Grande parte do acervo produzido e circulado nessa época foi preservado pelo CPV e CEMI.

A ideia da criação do CPV partiu dos frades dominicanos, mais precisamente de Frei Giorgio Callegari, que reuniu também em torno do projeto professores e estudantes universitários, profissionais liberais, além de militantes de organizações de esquerda. Desde a sua fundação, em 1973, o CPV assumiu o compromisso de “preservar a memória de resistência e organização popular, mas não para armazená-la apenas, mas para divulgá-la para que servisse de instrumento de transformação” (HISTÓRIA..., 2011).

O surgimento do CEMI tem sua referência na figura de Dom Angélico Sândalo Bernardino, jornalista de profissão, que é nomeado bispo-auxiliar da Região Episcopal de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, em 1975. Época em que as CEBs eram uma das prioridades da Igreja de São Paulo, então liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, desde 1970, nos compassos do Concílio Vaticano II, com ênfase na participação dos leigos (ESPERANÇA, 1995). Linha que vai nortear também a criação do CEMI, sob a égide da Teologia da Libertação.

A comunicação que emerge do “povo” organizado

O pensamento freiriano no que se refere à dialogicidade na educação e a defesa da posição transformadora do ser humano no mundo inspirou muitos autores latino-americanos em seus estudos sobre a comunicação popular, como lembra Cicilia Peruzzo (2009), inclusive a própria, aliás, é uma das autores deste artigo. Entre eles, também, Mario Kaplún, Juan Diaz Bordenave, Luis Ramiro Beltrán, Regina Festa, Luiz Gonzaga Motta e outros. Para Paulo Freire (1971), o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Na comunicação, afirma o autor, não há sujeitos passivos, “os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se *comunicam* seu conteúdo”. Neste sentido, adverte o educador, para que seja eficiente é indispensável ao ato comunicativo o acordo entre os sujeitos, “reciprocamente comunicantes” (FREIRE, 1971, p. 67).

Em seu depoimento, Aldo Escobar¹⁰, responsável pelo curso de comunicação popular no CPV, a metodologia na prática da documentação e comunicação popular implantada pelo centro, e posteriormente pelo CEMI, remonta a década de 1960 e 70. Período em que, lembra, intelectuais e militantes na América Latina e inclusive da América Central e México, dedicavam-se a uma leitura crítica da realidade latino-americana na perspectiva da educação popular transformadora, à luz do pensamento de Paulo Freire. Entre as entidades destacavam-se duas de abrangência continental: o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), com sede em Quito, Equador, e a Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC) em Lima, Peru.

Com base nos pensadores frankfurtianos, o grupo de investigadores entendia os então chamados meios de comunicação de massa como “instrumentos de penetração e conservação ideológica”. Entretanto, dedicava-se a construir um pensamento comunicacional que relativizava os efeitos supostamente produzidos por

¹⁰ Aldo Escobar participou do CPV, quando ainda era estudante da USP, foi responsável pela gráfica e pela implementação do curso de comunicação popular, que ministrou por mais de dez anos. Jornalista, atualmente trabalha na Secretaria de Comunicação da Assembleia Legislativa de Vitória/ES e integra a Comissão Especial de Verdade, como pesquisador. É o atual vice-presidente do CPV. Entrevista concedida em 18/02/2015. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

esses meios. A ênfase da pesquisa recaía na comunicação e na documentação populares “como instrumentos voltados para a atividade educativa das massas trabalhadoras”, analisa.

Nesta perspectiva, a comunicação popular não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como “um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares” (PERUZZO, 2008, p.368). Que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação e tem o “povo”, termo entendido como as classes subalternas situadas em oposição das classes dominantes, na sociedade, como protagonista principal, “o que a torna um processo democrático e educativo” (PERUZZO, 2008, p.368). Luis Ramiro Beltrán ([1991] 2007, p.30) também concebe a comunicação popular como um processo de interação social democrática que se baseia no intercâmbio de símbolos pelos quais os seres humanos “compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação” (tradução nossa).

Ainda nessa linha e referindo-se ao que denomina “comunicador popular”, Mario Kaplún (1985, p.13 -tradução nossa), assegura que a verdadeira comunicação não começa falando, mas escutando. Que é preciso avançar de forma paciente, passo a passo, sabendo que a participação é um processo, “não se dá de um dia para outro, nem tampouco por geração espontânea: há que saber estimulá-la [...]” “nós buscamos ‘outra’ comunicação: libertadora, participativa, conscientizadora, problematizante”.

Em seu depoimento, Waldemar Rossi¹¹ que protagonizou a formação do CPV, lembra que, já nos anos de 1950 e 60, a escuta era determinante no processo de elaboração das matérias para o boletim da Juventude Operária Católica, do qual participava. “A estratégia era ouvir bastante e perguntar muito”. O boletim era escrito em “linguagem nossa, coisinha simples”. “A comunicação com trabalhador não tem que ter floreio, é direta”.

A comunicação popular, segundo Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo responsável pela criação do CEMI e o jornal Grita Povo, no início da década de 1980, “não é contrária, nem substitui aquela feita pelos grandes

meios de comunicação, porque é simples, exercida com meios e alcances diferentes” daquela. Experiências que “parecem insignificantes”, mas somadas são “grande força”. São como o rio Amazonas, “quando nasce é um rio de nada, quando chega à desembocadura, parece um oceano”. Reconhecendo, assim, a “imensa força” do que ele chama de “jornalismo caseiro” na construção da “maneira nova e crítica de pensar e de agir do povo” (BERNARDINO, 1989, p.9).

O que chamamos (PERUZZO, 2008, p.372) de “contra-comunicação” ou “outra comunicação” é produzida especialmente no âmbito dos movimentos populares, organizações de base, da imprensa alternativa, oposição sindical metalúrgica, setores progressistas da Igreja Católica. É, de fato, uma nova comunicação que representou “um grito sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações” (PERUZZO, 2004a, p.115). “Para mim o Grita Povo foi um meio de comunicação que permitiu a gente dar o nosso grito”, lembra a então militante e dona de casa, Angelina Aparecida dos Reis Camilo¹². Apesar de não participar plenamente da elaboração do jornal, “estava junto, na decisão do conteúdo”.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2011), no final dos anos de 1970 e parte dos 80, no Brasil e em outros países da América Latina, destacaram-se movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição às ditaduras militares, sobretudo de base cristãos, inspirados na Teologia da Libertação. Estes contribuíram de forma decisiva na conquista de direitos sociais. Constituindo e desenvolvendo o chamado empoderamento de atores da sociedade civil organizada e criando identidades para grupos antes dispersos e desorganizados (GOHN, 2011).

No seu processo de constituição, os movimentos populares, lembra Cícilia Peruzzo (2004b), descobriram a necessidade de se apropriarem das técnicas de produção jornalística, radiofônica, estratégias de relacionamento público “como uma necessidade, ou seja, como canais importantes para se comunicarem entre si e com seus públicos” (PERUZZO, 2004b, p.2). Tanto o CEMI como o Grita Povo foram importantes para apoiar os movimentos sociais, bem como apoiar o processo de redemocratização

¹¹ Waldemar Rossi atuou em consonância com o centro desde os seus primórdios. Participou da coordenação da Juventude Operária Católica, da criação da Oposição Metalúrgica de São Paulo, Pastoral Operária, CUT, PT. Metalúrgico aposentado, fazia parte da coordenação da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo e era militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entrevista concedida em 28/11/2014. Waldemar faleceu no dia 04 de maio de 2016.

¹² Entrevista realizada em 18/03/2015. Angelina é professora aposentada, militou nos movimentos populares, comunidades de base e Consciência Negra, participou das atividades do CEMI. Atualmente é coordenadora da Associação Sociocultural Adebanke, que funciona nos baixos da passarela e viaduto Artur Alvim, na Zona Leste, capital paulista.

do país e a luta pelos direitos humanos, afirma o jornalista Gilberto Nascimento¹³, que participou do jornal desde sua criação. “Eles contribuíram para uma leitura do mundo e consequentemente para a formação de lideranças e a minha própria, com um trabalho de base com vistas na conscientização e despertar popular”.

Enquanto instrumento político das classes subalternas no sentido de externar “seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2008, p.370), a comunicação popular, também denominada alternativa e comunitária, segundo a autora (2008), é expressão das lutas populares por melhores condições de vida e participação política. Nesse sentido, Carlos Strabelli, em sua entrevista, afirma que a comunicação popular que se fez na região de São Miguel Paulista, nos anos de 1970 e 80, “coordenou, deu liga, deu junção para o movimento popular, juntou as pessoas e propostas, criou consciências novas, foi um agente dentro de um conjunto muito maior”.

No âmbito do movimento popular, segundo Gonzaga Motta (1987), a comunicação popular desempenha duas funções: de apoio e de potencialização. A primeira refere-se ao auxílio à mobilização e organização, atendendo a necessidade do movimento de levar a informação a um maior número possível de pessoas, em torno de um determinado problema. A segunda diz respeito à necessidade de sensibilizar estas pessoas a participarem e interessar-se pela questão, bem como mobilizá-las e motivá-las para a organização e uma ação consciente.

Acervos: a quem interessa a memória popular?

O acervo do CPV e a parte preservada do acervo do CEMI o que resta do CEMI trazem a saga dos movimentos populares e dos trabalhadores - da cidade e do campo - que lutaram contra a ditadura militar e mudaram a história do país, registrada e preservada no referido período, mas o risco de perda e deterioração é iminente. O acervo do CPV¹⁴ representa “um patrimônio construído em todo o país por milhares de trabalhadores, enquanto sujeitos do processo político” (CONHEÇA..., 2011) composto por mais de 100 mil documentos, entre outros, de 77 mil

periódicos, 12.500 livros, 550 fitas cassetes gravadas, além de vídeos e áudios (DIAGNÓSTICO 2005, 2005).

Já, o paradeiro do conjunto do acervo original do CEMI, sob a responsabilidade da Diocese de São Miguel, é uma incógnita. À época do encerramento das atividades do centro, em 1992, Carlos Strabelli, que coordenou o centro desde a sua fundação, assegura que havia 55 mil documentos originais, que incluem 5.000 eslaides, 20 horas gravadas de vídeo, além de coleções completas de jornais alternativos. Atualmente, a Diocese dispôs à nossa pesquisa apenas algumas dezenas de cartilhas, colocadas em duas prateleiras, na biblioteca do Instituto de Teologia, em São Miguel, pois não se sabe bem o destino do conjunto do acervo. Para o estudo foi acessado o arquivo pessoal do padre Antonio Luiz Marchioni, o Ticão, que mantém parte dos materiais do CEMI, do qual foi também co-fundador, e está empenhado em repassar os documentos, para sua preservação e acesso popular, ao Centro de Memória da Zona Leste, a ser construído no campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que está sendo implantada naquela região.

Entre os fatores que contribuíram para o declínio das atividades do CPV e do CEMI está a mudança no cenário político e eclesial brasileiro que teve início nos anos de 1980. A abertura política, a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a volta das eleições diretas para presidente em 1989, bem como a conquista de sindicatos pelas oposições, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros fatores, motivou o deslocamento de recursos de instituições internacionais financiadoras, responsáveis pela quase totalidade dos recursos repassados aos referidos centros, a redirecionar seu apoio a países da África e do Leste Europeu, entendendo-se que a democracia no Brasil havia sido restaurada não necessitando mais a continuidade do apoio. Essa questão inspira a necessidade de debates sobre o papel e as estratégias de agências internacionais de desenvolvimento, no entanto não cabe aprofundamento neste texto.

O CPV manteve seu acervo com muitas dificuldades, mas a falta de financiamento para a conservação dos documentos levou o centro a optar recentemente pela sua doação ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),

¹³ Gilberto Nascimento é jornalista, atuou como voluntário no Jornal *Grita Povo*, desde sua fundação. Trabalhou no O São Paulo, Folha de São Paulo, Estadão, Carta Capital, TV Record, TV Gazeta, Correio Braziliense, Isto É, Terra, Tempo e Presença, Brasil Econômico, entre outros. Entrevista concedida em 13/05/2015.

¹⁴ A parte digitalizada do acervo está disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/>

cuja transferência em 2017 e 2018. Enquanto isso, o desafio imposto hoje ao CPV é conseguir digitalizar todo o conjunto dos documentos, por meio de trabalho de um grupo de voluntários para garantir sua preservação e sua disponibilização na internet e assim dar acesso público a todos os interessados.

Além desses fatores, os entrevistados protagonistas do CEMI são unânimes em apontar como fator relevante do declínio e fechamento do centro a mudança de orientação que ocorre na Igreja de São Paulo, em 1989, com a divisão da Arquidiocese (EXPLICAR em nota de rodapé). Ela se insere na investida da ala conservadora – ligadas aos carismáticos – da Igreja Católica, orquestrada pelo então papa João Paulo II contra a Teologia da Libertação, que enfraqueceu a ação do cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e depôs bispos progressistas como Dom Angélico Bernardino de São Miguel.

No entanto, no que se refere à preservação ou não dos referidos acervos, segundo depoimentos, a questão da participação dos envolvidos na gestão dos centros é determinante. O CPV, embora tenha sido criado por religiosos dominicanos, manteve a presença de leigos na direção desde a sua fundação. Já, o CEMI sempre foi coordenado por padres, sob a batuta do bispo e, quando esse sai, o acervo, propriedade da Diocese, fica literalmente “jogado às traças e aos pombos”, e agora nem se sabe seu paradeiro. Como assegura Cícilia Peruzzo (2004a, p.143) não basta “dar voz e vez” e “dar voz a quem não tem voz”, ou ainda “abrir os microfones ao povo”; a participação implica em compartilhar o poder, não acabar com ele, já que é necessário para a organização, mas “pela participação, democratizá-lo” (PERUZZO, 2004a, p.147).

Considerações finais

Podemos dizer que o CPV e o CEMI cumpriram sua missão no apoio, orientação e assessoria no fazer comunicativo dos movimentos populares e operários e das comunidades eclesiais, bem como na preservação da memória de suas lutas, sobretudo nos anos de 1970 e 80. Hoje são acervos, lugares de memória, termo forjado pelo historiador francês, Pierre Nora e cuja razão fundamental de ser “é parar o tempo, é bloquear o trabalho de esque-

cimento [...]”, no incessante ressaltar de seus significados [...]” (NORA, 1993, p.21). No entanto, apesar do reconhecimento da importância de tais acervos, não há interesse em preservá-los. De um lado, por conta dos elementos da nossa cultura que conserva as marcas da “cultura senhorial, cunhada pela sociedade colonial escravagista” (CHAUI, 2013, p. 87) e que contribuem para o processo de “desmemorialismo”; bem como pela falta de políticas públicas efetivas. De outro, conforme depoimentos, por questões político-ideológicas no interior da própria igreja católica e do Estado.

Entrevistados do CPV imputam a falta de financiamento, tanto por parte de entidades sindicais como do próprio governo federal – comandado pelo PT por 13 anos no mesmo período, às divergências político-sindicais que ocorreram ainda nas décadas de 1970 e 80¹⁵.

Acreditamos que a falta de interesse em preservar certas memórias ou mesmo proceder seu apagamento atendem também a interesses das classes dominantes no poder do Estado, da Igreja e nos variados setores da sociedade. De acordo com Le Goff ([1924], 2008) os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva, enfatizando a importância de se trabalhá-la de forma que sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Além de ser uma conquista, a memória coletiva é um instrumento e objeto de poder. Apoderar-se dela ou do seu esquecimento é preocupação das classes e grupos que dominam a sociedade (LE GOFF [1924], 2008).

Nesse sentido, entendemos que o não investimento na preservação dos acervos do CPV e do CEMI é uma opção política. Afinal, esses documentos empoeirados, tecnicamente obsoletos, aparentemente inofensivos e descartáveis, escondem um segredo de importância vital para o desenvolvimento social: a participação dos envolvidos, construída no exercício democrático do fazer comunicativo. Documentam o grito dos setores das classes subalternas por transformação de sua dura realidade. Mostra suas capacidades e sua consciência política. Se constitui em memória viva das lutas e, a memória pode vir a ter uma função subversiva, como diz Rubem Alves, se vierem à tona e forem resignificadas. Preservar os acervos do CPV e do que restou do CEMI é perpetuar a memória coletiva de lutadores e lutadoras que fizeram a diferença no processo de redemocratização do Brasil.

¹⁵ A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – grupo apoiado e assessorado pelo CPV, desde sua fundação, – defendia propostas contrárias aos demais grupos que compunham tanto a CUT como o PT. Entre elas, acabar com o imposto sindical e toda a estrutura sindical nos moldes decretados no governo de Getúlio Vargas, “defendida pelos metalúrgicos do ABC”.

Imprescindível também para a realização de novas pesquisas no que refere ao modelo comunicacional inovador que se configurou e se configura a comunicação popular, enquanto instrumento de luta e processo de conscientização, educação e transformação social.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALVES, Luiz Roberto. Comunicação e cultura popular: as prosopopéias na rua, no meio do redemoinho. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. Lins da (Orgs). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.118-145.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. *Adiós a Aristóteles: la comunicación "horizontal"*. In: Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. a.7. n.7, p.12-36, [1991] 2007. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/42/41>> Acesso em: 15 de dez.2014.
- BERNARDINO, Dom Angélico Sândalo. *O povo conta a sua verdade*, Vida Pastoral, São Paulo, mar-abr. p. 9-12, 1989. Disponível em: <<http://vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/o-povo-counta-a-sua-verdade/>>. Acesso em: 30 jun.2014.
- BETTO, Frei. Comunicação popular e igreja. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.99-117.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CONHEÇA o CPV, um centro de documentação a serviço da preservação e difusão da memória da luta dos trabalhadores. **CPV**, São Paulo, 2011.
- CVP. Série de Documentação. CPV. V.1. São Paulo, 1985.
- DIAGNÓSTICO 2005. CPV, São Paulo, 2005.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J; BARROS, ANTONIO (Orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006, p.62-83.
- ESPERANÇA sempre 1745-1995. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. São Paulo, 1995.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo da (Orgs). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação: ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.333-361, maio-ago.2011.
- HISTÓRIA um pouco da nossa. História. CPV, São Paulo, jan.2011*. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/cpv.php>>. Acesso em: 26 jun.2014.
- KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. Buenos Ayres: Lumen, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges, Campinas: Unicamp, 3.reimp., [1924], 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 3.ed., 2000.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais. In: SIMPSON GRIBERNG, Máximo (Org). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 37-71.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964 – História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10, São Paulo, p.7-28, dez.1993.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. In: ECO-Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio.ago 2009, p.46-61.
- _____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. Palavra Clave: Revista da Universidad de La Sabana, Bogotá, v.11, n.2, p. 367-379, dez. 2008.
- _____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 3.ed. 2004a.
- _____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A ESCOLA LATINO-AMERICANA DE COMUNICAÇÃO / V ENCONTRO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL - CELACOM/ENDICOM, 2004b, São Bernardo do Campo.
- PUNTEL, Joana. *A igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- ROSSI, Waldemar. A teologia da libertação e o movimento operário. In: DAL MÉDICO, Clarice F.; SILVA, Êmerson N. da (Orgs). *Palavra e vida os novos desafios do mundo do trabalho*. São Leopoldo: Oikos, 2007, p.25-37.
- SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. In: MOURA, A. Carlos; SALEM, Helena; ANTERO, Luiz Carlos; MAKLOUF, Luiz; GUSMÃO, Sérgio Buarque; SALEM, Helena (coord). *A igreja dos oprimidos*. Brasil Hoje, São Paulo:

Brasil Debates, n.3, 1981. p.17-64.

SOUZA, Herbert José. Relação igreja-poder político. In: BETTO, Frei (Org). *Fé e compromisso político*. São Paulo: Paulinas, 1982. p.25-31.

Errata: página 21 e cabeçalhos –
Acréscimo de Ana Aparecida Frabetti
Valim Alberti como coautora